

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS QUE ORIENTAM A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Roberta Soriano Macedo
Universidade de Pernambuco
robertasoriano@ymail.com

Angela Santana do Amaral
Universidade Federal de Pernambuco
angelaufpe@yahoo.com.br

Este trabalho aborda os fundamentos teóricos e políticos que orientam a relação trabalho-educação no Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco. Expõe os resultados de uma pesquisa realizada nos principais municípios do APL – Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe –, onde foram aplicadas entrevistas qualitativas semiestruturadas a trabalhadores locais e dirigentes de instituições de ensino como a Universidade Federal de Pernambuco/Campus Agreste, a Universidade de Pernambuco/Campus Caruaru, a Faculdade Integrada de Desenvolvimento Regional - FADIRE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; além de associações empresariais, como a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - de Santa Cruz Capibaribe e a Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe - ASCAP.

Ainda como parte dos procedimentos metodológicos, realizamos pesquisas documentais em sites, revistas e jornais, a fim de coletar dados relevantes que possibilitassem uma melhor análise e explanação do nosso objeto de pesquisa.

A relevância desse estudo se apoia na identificação das estratégias utilizadas por agentes públicos e privados para reproduzir as relações capitalistas contemporâneas no Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco a partir das iniciativas educacionais, de modo a promover a construção de um “novo” trabalhador, atento às novas exigências do mercado.

1 A REALIDADE DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE

Até a década de 1970, as grandes indústrias configuravam-se como o *locus* privilegiado da produção capitalista. Nelas, estava centralizado praticamente todo o processo produtivo, onde predominavam o trabalho hierarquizado e parcelar, caracterizado pela fragmentação das funções, a produção em massa e em série de produtos pouco diversificados, o controle do tempo pela velocidade das máquinas, a “separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho” (ANTUNES, 2011, p. 25) e, entre outros aspectos, a concentração de um grande contingente de trabalhadores sobre o mesmo chão de fábrica, caracterizando aquilo que se convencionou chamar de modo fordista de produção ou fordismo, período em que a classe trabalhadora, após inúmeras lutas coletivas, conquistou o direito ao trabalho socialmente protegido.

O sistema educacional priorizava uma pedagogia instrumental, com “[...] princípios individualistas e egocêntricos de aprendizagem e uma formação mais reativa e passiva do que reflexiva” (SILVA, 2011, p. 110). A qualificação do trabalhador era, muitas vezes, reduzida a treinamentos, cujo objetivo era o de desenvolver sua habilidade técnica para uma tarefa específica.

Entretanto, a partir dos anos 1970, a estrutura produtiva de até então entra em declínio, levando o sistema capitalista a uma crise na qual, para manter sua vigência, se lhe fez preciso reestruturar a esfera da produção e reprodução, de forma a reduzir os investimentos necessários à acumulação capitalista, quais sejam, os referentes à infraestrutura da planta fabril e, principalmente, aos direitos da classe trabalhadora.

A seguir daí, formas flexíveis de produção foram desenvolvidas e implementadas pelo grande capital, e, experiências como as do Vale do Silício, na Califórnia, dos Distritos Industriais da Itália e de regiões dinâmicas da Ásia, foram sendo replicadas ao redor do mundo. E, é inspirado nessa experiência italiana, cuja produção se realiza em distritos industriais, entre pequenas e médias empresas, que o Brasil vem incentivando e desenvolvendo – não sem adquirir características próprias de uma economia dependente –, Arranjos Produtivos Locais (APLs) em regiões por muito tempo estagnadas.

Os APLs se constituem, na literatura dominante, como uma aglomeração de agentes econômicos, políticos e sociais que, situados em um mesmo território, formam uma cadeia produtiva especializada em um mesmo segmento econômico, norteadas, em linhas gerais, pelos princípios organizativos e relacionais da interação, articulação, cooperação, competitividade, sustentabilidade, aprendizagem, inovação, governança e capital social¹, conceitos importados da realidade vivida no norte da Itália, que visam ordenar a produção descentralizada, característica dos APLs, que seguem a tendência mundial de fragmentar o processo produtivo em etapas e de externalizar essas etapas para outros estabelecimentos de produção, pela via da terceirização e subcontratação – construindo, portanto, novas relações de trabalho.

Já são muitos os APLs espalhados pelo Brasil: mais de 950. Entretanto, dentre os que o SEBRAE (2004) considera como sendo os mais importantes, estão: o de calçados, de Franca, Jaú e Birigui (SP); o de confecções, de Ibitinga (SP); o de joias, de São José do Rio Preto, e o de semijoias, de Limeira (SP); o de calçados, de Nova Serrana (MG) e de Novo Hamburgo (RS); o de fármacos, de Anápolis (GO); o de confecções, de Jaraguá (GO); o de móveis, de Arapongas (PR); o de bonés, de Apucarana (PR) e; o de confecções, de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru (PE).

O Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste de Pernambuco situa-se em um território marcado predominantemente por uma intervenção estatal frágil do ponto de vista dos avanços sociais, institucionais e da efetivação de políticas públicas. Todavia, do ponto de vista econômico, esta experiência está no centro das atenções da agenda pública, dinamizada como estratégia de enfrentamento ao desemprego e às condições históricas de baixo crescimento dos municípios que conformam o APL.

Há pouco mais de meio século, os pioneiros e principais municípios que o conformam – Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru -, tinham sua economia baseada na agricultura familiar, a qual, inclusive, abastecia a capital do estado de Pernambuco - Recife. No entanto, devido ao clima seco do Agreste, muitas eram as dificuldades que se impunham à produção de alimentos e, portanto, à sobrevivência da população. Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, de acordo com Souza (2011), “ainda na década de 1970 era conhecida como a ‘cidade da fome’”.

¹ Para maior aprofundamento acerca desses conceitos, ver: SEBRAE. **Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília: Sebrae, 2003.

Na busca de meios alternativos de sobrevivência, para complementar a parca renda da família, algumas mulheres de Santa Cruz do Capibaribe começaram a produzir tapetes e colchas a partir de retalhos de tecidos rejeitados da produção de Recife, colhidos e trazidos por vendedores volantes, que os repassavam por um valor ínfimo, visto que os adquiriam gratuitamente.

Com o tempo, a atividade foi crescendo e se espraiando. A indústria têxtil e de confecções da capital pernambucana passou a cobrar aos ambulantes os retalhos rejeitados que eram levados de sua produção, ao tempo em que, outros vendedores, vindos do sul, começaram a trazer retalhos de helanca por um preço mais acessível às produtoras do interior do estado. A produção se diversificou e feiras locais foram sendo montadas semanalmente para escoar a produção, as quais foram batizadas de Feira da Sulanca, corruptela derivada das palavras sul e helanca.

Caruaru aderiu à atividade e, alguns anos depois, Toritama, que, até então, produzia sapatos, também. Apesar da qualidade questionável, as peças produzidas caíram no gosto da população local pelos baixos com que eram vendidas. Tempos depois, as feiras ganharam fama nacional, e mais visitantes e clientes.

Hoje, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, somados à Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Surubim, Agrestina, Cupira, Vertentes, Belo Jardim, Riacho das Almas, entre outros municípios circunvizinhos que se adensaram à produção local, formam essa cadeia produtiva especializada no setor têxtil e de confecções, onde agentes públicos e privados passaram a empregar esforços no sentido de desenvolver na população local características úteis à atual fase da acumulação capitalista.

O desenvolvimento do APL de Confecções do Agreste é fruto da conjuntura brasileira da década de 1990, quando o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros organismos internacionais, passaram a intervir no país de maneira a adequá-lo a uma nova divisão internacional do trabalho, estipulando as diretrizes das ações que o Estado deveria realizar nas mais diversas instâncias da vida social.

Decorrente dessas intervenções, concordamos que foi a implementação do Estado gerencial neoliberal e a sequente dissolução das barreiras protecionistas do mercado nacional, que permitiram que empresas estrangeiras do setor têxtil e de confecções² se instalassem no Brasil,

² Essas empresas estrangeiras são especialmente originárias de países do capitalismo central, tais como Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, que trouxeram marcas como Nike e Adidas para serem produzidas no Brasil. No

para empregar, na sua produção, a força de trabalho barata do país nas etapas demandantes de uso mais intensivo de força de trabalho.

Como resultado disso, as indústrias nacionais, especialmente concentradas no sudeste do país, sofreram forte impacto em seus rendimentos, de modo que muitas delas começaram a migrar para a região nordeste atraídas pela força de trabalho ainda mais barata e pelos incentivos fiscais que vinham sendo oferecidos pelos estados nordestinos.

Uma das rotas dessas empresas brasileiras do setor têxtil e de confecções foi, portanto, o Agreste pernambucano, posto que a região – como se diz na linguagem empresarial que norteia as políticas de desenvolvimento de APLs –, já possuía a vocação e as potencialidades necessárias para desenvolver o setor, dando a indústrias nacionais a possibilidade de reduzir seus custos de produção e, com isso, investir na aquisição de novas tecnologias, de forma a se fazerem competitivas frente à concorrência estrangeira, a qual já lançava mão de tecnologias de ponta e possuía elevado padrão de qualidade.

Segundo dados da RAIS-Mte³, em 1996, a região do APL concentrava 24,6% dos estabelecimentos da indústria têxtil e de confecções do estado de Pernambuco. Contudo, em 2006, esse número subiu para 67,6% - um aumento de mais de 50%, que expressa a dimensão econômica que o APL tem tomado, ultrapassando a da tradicional produção têxtil e de confecções da capital pernambucana (ROCHA; SILVA JÚNIOR; VIANA, 2010).

Atualmente, o APL de Confecções do Agreste é o terceiro maior produtor do setor no país – atrás, apenas, de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente –, responsável por 13% da produção nacional de confecções e por cerca de 7% do PIB de Pernambuco (COSTA, 2012), cujo faturamento, segundo a Pesquisa de Caracterização Econômica do Polo⁴ de Confecções do Agreste realizada por agentes locais⁵, chega a R\$ 1,73 bilhões ao ano.

Ainda de acordo com essa pesquisa, somente nos três principais municípios do Polo Têxtil e de Confecções, há mais de 12 mil empresas em funcionamento, empregando mais de 76 mil

entanto, é importante lembrar que essa transferência de empresas estrangeira para o Brasil, não se limitam ao setor têxtil e de confecções.

³ Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.

⁴ Assim como na literatura que trata do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste, por vezes, substituiremos o termo “Arranjo Produtivo Local”, pelo termo “Polo”.

⁵ SEBRAE. **Pesquisa de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste**. 2003.

trabalhadores, os quais estão ligados, direta ou indiretamente, à produção das 693,6 milhões de peças fabricadas ao ano.

A indústria têxtil e de confecção é bastante ampla e é composta por várias etapas produtivas inter-relacionadas. Basicamente, podem ser destacadas 4 etapas: 1) **fiação**: produção de fios ou filamentos que serão preparados para a etapa da tecelagem; 2) **tecelagem**: fabricação de tecidos planos ou tecidos de malha (malharia) e de tecnologia de não-tecidos; 3) **acabamento**: operações que conferem ao produto conforto, durabilidade e propriedades específicas; 4) **confecção**: desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura. Na etapa final, os produtos podem tomar a forma de vestuário [como é predominante na produção do APL em tela], de artigos para o lar (cama, mesa, banho, decoração e limpeza), ou para a indústria (filtros de algodão, componentes para o interior de automóveis, embalagens etc.). O produto final de cada uma dessas fases é a matéria-prima da fase seguinte, o que denota à cadeia têxtil e de confecção um caráter bastante diversificado, sendo cada setor composto por grande número de segmentos diferenciados, com dinâmicas, estruturas físicas e *players* próprios (HIRATUKA et al., 2008, p. 1, grifos do autor).

Enquanto, principalmente, as duas primeiras etapas são mais intensivas em capital constante e, portanto, têm maior possibilidade de automatizar o processo produtivo, as demais – especialmente, a última –, continuam sendo bastante intensivas em capital variável.

Disso, decorrem complexas e heterogêneas relações de produção, em cujo APL o moderno e o arcaico e o formal e o informal se fazem interdependentes e mantêm, apesar do seu antagonismo, uma interação relativamente harmônica. Se de um lado há espaços de produção que fazem uso de algumas tecnologias avançadas, investindo em processos inovativos, como as médias empresas, de outro, e na produção de uma mesma mercadoria, há a utilização de maquinários rústicos, sem qualquer sofisticação no seu traçar, como pode ser visto nos fabricos e facções – unidades domiciliares e familiares informais de produção, nas quais, na condição de subcontratadas e terceirizadas daquelas primeiras, se realiza a maior parte do fragmentado e externalizado processo produtivo local.

Essas unidades de produção, estabelecidas sobre a informalidade, representam 91,8% do total de empresas constituintes do tripé do Polo de Confecções do Agreste, para as quais são demandados os serviços de corte, costura, bordado, acabamento, entre outras fases desse processo de produção. Entre estas empresas, também, é muito comum observamos aquelas que unem a família para produzir e comercializar sua produção nas feiras locais, independente de alguma

outra empresa (sub)contratá-las; mas, mesmo essas, por vezes, também acionam outras unidades produtivas para realizar alguma parte da sua produção.

Uma vez que são essas empresas informais as de maiores proporções numéricas, são elas, também, que empregam a maior parte da força de trabalho local, cujos direitos trabalhistas, tais como repouso semanal remunerado, FGTS, férias, décimo terceiro salário, licença maternidade e paternidade, aposentadoria, entre outros, não são garantidos, visto que se limitam à esfera do trabalho formal.

O trabalho informal, que antes da crise estrutural era considerado periférico e marginal, após a crise capitalista, passou a ser compreendido como solução para o desemprego. Porém, como resultado de construções ideológicas, ganhou o signo de trabalho autônomo, empreendedor. Hoje, como se pode observar, este tipo de trabalho entra no ciclo da produção capitalista e desresponsabiliza o empresariado pela reprodução social da classe trabalhadora, promovendo, inclusive, o esfacelamento da identidade de classe e de sua força coletiva, ao mantê-la dispersa em um vasto território.

Nos fabricos e facções, cômodos, como, cozinha, sala, quarto, garagem, quintal, etc., são precariamente improvisados e utilizados como chão de fábrica, onde a família, amigos, vizinhos e quem mais a quantidade de instrumentos de trabalho disponíveis puder agregar empregam sua força de trabalho para dar conta das encomendas e garantir sua sobrevivência. O trabalho destes agregados é também terceirizado, ou, melhor dizendo, quarteirizado, haja vista que essa relação de trabalho consiste na subcontratação de um trabalhador por outro já subcontratado. Não há salário fixo. Para os que não são proprietários das mercadorias que produz, nem dos instrumentos de produção que utiliza, o trabalho é remunerado por produção/por peça e o valor dos serviços executados em cada uma delas varia de R\$0,05 a R\$2.80, fazendo com que os trabalhadores inseridos no processo produtivo, sejam eles os faccionistas ou seus subcontratados se submetam a jornadas intensas e extensas de trabalho para conseguir obter uma renda satisfatória ao atendimento de suas necessidades, laborando numa média de nove a quinze horas diárias, inclusive, aos domingos e feriados, pois, no Polo de Confecções do Agreste, quanto mais se trabalha, maiores são os rendimentos.

Todavia, tão maiores são esses rendimentos, que o número de pessoas que necessitam da Política de Assistência Social chega a ser assustador, ainda mais em se tratando de um Arranjo Produtivo Local em que as principais referências teóricas e políticas que sustentam tal

experiência reverenciam como sendo um *locus* de sucesso, crescimento, sustentabilidade e desenvolvimento, onde, segundo o discurso dominante – desde a mídia até os governantes, passando pelos agentes privados –, as oportunidades são para todos, onde só não trabalha quem não quer. Nessas referências, além desse modelo de produção ser enaltecido como inovador, destaca-se a condição de pleno emprego que vivencia esta população.

A depender da sazonalidade⁶ da produção local, trabalho, de fato, não falta, principalmente, para quem está disposto a se tornar, na perspectiva dos agentes econômicos e políticos, um empreendedor e a fazer de sua casa uma unidade de produção, uma facção, abrindo mão de garantias legais como o direito ao trabalho protegido e com condições dignas.

A precariedade das relações de trabalho é tamanha, que, em Caruaru, 33,8% da população são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em Santa Cruz do Capibaribe, esse número sobe para 46%. E, em Toritama, se eleva para 47%. Isso, sem contar com o contingente populacional que, em termos de renda, tem o perfil para se inserir no programa, mas, no entanto, não tem filhos com idade entre 0 e 17 anos, uma das condicionais do programa, a qual, caso não existisse, faria esses números aumentarem para 43,5%, 54,8% e 55,9%, respectivamente (BRASIL, 2011).

Atraídos pelos discursos que valorizam as experiências do APL de Confecções do Agreste, muitos trabalhadores têm deixado suas cidades e, até mesmo, seus estados na esperança de dias melhores nessa cadeia produtiva, discursos estes que, inclusive, estimulam uma migração de retorno, em vista da compressão no número de postos de trabalho e do inchaço populacional nos grandes centros urbanos.

De acordo com dados do IBGE, entre os anos de 2000 e 2010, Caruaru apresentou um aumento populacional de 24,1%; Santa Cruz do Capibaribe acresceu seu número de habitantes em 48,3% e; Toritama, em 63%, enquanto a capital do estado de Pernambuco, Recife, teve um acréscimo populacional de 8%.

Vem sendo, portanto, estimulada uma “interiorização do desenvolvimento” (termo também identificado nas referências políticas que dão sustentação às experiências do APL) sem planejamento e investimento público, pois, em todos os municípios do Polo de Confecções do Agreste, a população sofre com a falta de infraestrutura local, cuja saúde, segurança, saneamento

⁶ Por conta da tradição dos festejos juninos na região e das festas de fim de ano, os meses de maio, junho e dezembro são os mais rentáveis para a economia local. Nos demais meses do ano, as vendas e, com isso, a produção sofrem uma considerável queda.

básico, lazer, educação, dentre outros direitos sociais, são disponibilizados de forma precária ou, até, inexistem.

Nesse polo de confecções, idosos, crianças e adolescentes entram no ciclo da produção para ajudar suas famílias no sustento da casa, fato que, no caso destes últimos, termina por incidir sobre os baixos índices educacionais da população.

Nas perspectivas teóricas e políticas que sustentam as experiências dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), a aprendizagem e aquisição do conhecimento são primordiais para o exercício de quaisquer funções, posto que, além de consistirem em elementos que moldam comportamentos, qualificam a classe trabalhadora para desenvolver habilidades e competências funcionais ao processo produtivo.

Outrossim, o argumento dos defensores dos APLs enquanto modelo de desenvolvimento é o de que a apropriação de conhecimentos e sua multiplicação propiciam a capacidade inovadora, e, portanto, a melhoria da qualidade da gestão, dos instrumentos de produção e das mercadorias produzidas, fomentando, a partir daí, a competitividade das empresas frente a outros mercados que não apenas o local.

Apesar disso, em Toritama, por exemplo, considerada a capital do *jeans*, 88,5% do conjunto dos trabalhadores não tem mais que 8 anos de estudo, e, 20,5% do total não sabem ler, nem escrever (FALCÃO, 2009), indicadores proporcionalmente piores que os da Região Nordeste, cuja média é de 18,7%, a mais alta dentre as regiões brasileiras, e os do Brasil, que tem uma média de 9,7% da população analfabeta (ESTADÃO, 2010).

Entre os trabalhadores ocupados na indústria têxtil e de confecções de todo esse APL,

[...] de acordo com a base da RAIS-Mte, apenas 18% têm o ensino médio completo, o que pode ser considerado um baixo nível de escolaridade, quando comparado com o pessoal ocupado nas [...] indústrias no Estado de Pernambuco (30% têm o nível médio completo). Quanto aos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, nota-se que Caruaru, entre os três, é o município com os melhores indicadores de escolaridade, pois 26% do pessoal ocupado na indústria têxtil e de confecção possuem o ensino médio completo (ROCHA; SILVA JÚNIOR; VIANA, 2010, p. 9).

Não obstante o crescimento populacional nos municípios que conformam o APL, entre empregadores formais e informais, existe grandes dificuldades em encontrar força de trabalho disponível na região. Quando se demanda força de trabalho qualificada, então, essas dificuldades

são ainda maiores, pois, nesse arranjo produtivo, a grande maioria da população tem no “saber-fazer” a sua única fonte de conhecimento para desenvolver o trabalho simples que é requerido pelas empresas do polo.

Em decorrência da pouca qualificação dos trabalhadores, com a finalidade de garantir que o trabalho empregado em suas peças seja bem elaborado, as empresas formais, especialmente as que possuem marca própria e buscam competitividade frente à concorrência nacional e estrangeira, procuram implantar algum tipo de controle de qualidade, não só no interior, mas, também, fora da sua estrutura física, criando especificações e padrões para a parte da produção que é realizada nos fabricos e facções que subcontratam.

Porém, para além disso, como veremos no próximo item, por meio das suas organizações representativas, em parceria com instituições de qualificação/educação profissional, esse empresariado vem ofertando cursos de qualificação profissional para os trabalhadores do Polo, a fim de agregar mais valor à produção e aumentar a produtividade do trabalho.

É histórica a precariedade da promoção da educação no Agreste pernambucano. Ademais, como a região sempre foi marcada pela pobreza, trabalhar (desde a infância) para ajudar no sustento da família é um imperativo que, apesar de vir se diluindo, permeia a história das mais diversas gerações de agrestinos. Com isso, a cultura local se formou entendendo que estudar é perda de tempo, haja vista que não é a educação quem garante a comida na mesa.

Só quando da formação do APL, é que agentes públicos e privados passaram a dar a devida atenção à defasagem educacional da região e a tentar reverter este quadro, posto que, seguindo os preceitos da acumulação flexível, “colocam como elemento fundamental de competitividade [das empresas] a capacidade de diferenciar produtos e de atender de maneira flexível às mudanças nos padrões de preferência dos consumidores” (HIRATUKA, et al., 2006, p. 1).

Nessa perspectiva, é o conhecimento que torna um negócio competitivo e, portanto, sustentável. Entendimento este que resvala sobre as aptidões que são exigidas ao conjunto da classe trabalhadora, que, agora, é convocada a pensar, de modo a criar e a inovar, a diversificar e a diferenciar o processo e o resultado da produção, levando em conta a qualidade do que se produz e evitando desperdícios, em benefício à maximização dos lucros do seu empregador – o capitalista.

Tendo em vista o tipo de educação que veio sendo destinada à classe trabalhadora no decurso da história do capital, entende-se que, para se adquirir essas competências, que unem conhecimento codificado e conhecimento tácito, é preciso, portanto, que o trabalhador se submeta aos novos processos educacionais de qualificação e requalificação da sua força de trabalho.

Para tal tarefa, diversos sujeitos disseminadores de conhecimento, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que formam para o trabalho simples, e a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de Pernambuco, que formam para o trabalho complexo⁷, se têm feito presentes e atuantes no Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeccões do Agreste.

2 OS SUJEITOS DISSEMINADORES DE CONHECIMENTO NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DE CONFECÇÕES DO AGRESTE

No Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeccões do Agreste, a educação, sobretudo a qualificação para o trabalho, tem sido alçada a fator central de desenvolvimento e de competitividade entre as empresas que querem sobreviver à concorrência, haja vista o entendimento de que é ela quem promove a elevação da qualidade da produção de mercadorias.

Com isso, ao construir ideologias como a da empregabilidade e da pedagogia das competências, a governança local, formada por agentes públicos, por entidades de representação empresarial e por instituições de educação profissional (públicas e privadas), tem procurado convencer a população que compõe o APL de que investir na elevação do seu nível de qualificação é fundamental para garantir sua inserção e, principalmente, permanência em um emprego bom, bem remunerado, socialmente protegido, com direitos assegurados.

Ainda dentro dessa perspectiva, para esse trabalhador, se qualificar e adquirir as competências exigidas pelo mercado é fundamental, mas não bastante, se esse não for um processo contínuo, posto que, em uma sociedade de constantes mudanças, como a contemporânea, os conhecimentos estão sempre em mutação. Desta forma, quem não se qualifica e se requalifica com frequência, fica desatualizado e ultrapassado no mercado de trabalho.

A fim de materializar essas construções ideológicas no Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeccões do Agreste, muitos são os sujeitos disseminadores de conhecimento que vêm atuando

⁷ Conforme Marx (1983), o 'trabalho complexo', ao contrário do 'trabalho simples', caracteriza-se por ser de natureza especializada, que requer maior dispêndio de tempo de formação.

na região, os quais se identificam com as instituições de ensino de educação profissional que lá se instalaram⁸, bem como com as entidades de representação empresarial que se formaram na Região.

A título de exemplo, entre as instituições de educação profissional, podemos demarcar, no ensino superior, que qualifica para o trabalho complexo, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de Pernambuco (UPE), situadas em Caruaru, e a Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE), de Santa Cruz do Capibaribe. Em nível tecnológico, há, ainda, o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e o Centro Tecnológico da Moda (CTM) do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), ambos em Caruaru.

Já, no ensino técnico, que qualifica para o trabalho simples, tem-se a Politec, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), localizados em Caruaru, e, no caso desta última, também, em Santa Cruz do Capibaribe.

Os cursos ofertados por tais instituições são os mais diversos. Todos, voltados para o atendimento das demandas do mercado local⁹. Dentre eles, podemos citar os de Administração, Economia, Design e Engenharia de Produção, da UFPE; os de Tecnologia da Informação e Administração com ênfase em marketing de moda, da UPE; os de Administração, Ciências Contábeis, Design de Moda e MBA em Gestão Empresarial, da FADIRE; os de Edificações, Mecatrônica e Segurança do Trabalho, do IFPE; os de Gestão de Lavanderia Industrial de Beneficiamento Têxtil, de Química e de Modelagem do Vestuário, do CTM/ITEP; os de Administração, de Logística e de Segurança do Trabalho, da Politec; os de Pesquisa e desenvolvimento de coleções, Vitrine, Modelagem básica, e Design e estilo, do SENAC; os de Aprender a empreender, Análise e planejamento financeiro, Como vender mais e melhor, D-Olho na qualidade, Gestão de cooperativa de crédito, Comunicação empresarial, Controle de finanças, Atendimento ao cliente, Iniciando um pequeno grande negócio, Gestão da inovação e Inovar para competir, do SEBRAE; os de Vestuário, Confecção de mostruário, Produção de moda, Supervisor na Confecção do Vestuário, Desenhista de Moda, Costureiro de confecção em série e Operador de máquina de costura industrial, do SENAI de Caruaru e; Administração empresarial, Produção de moda, Vestuário, Costureiro de confecção em série, Costureiro de produção

⁸ Quase 100% dessas instituições não têm mais que 13 anos de fundação no Polo.

⁹ Antes de esses cursos serem institucionalizados, as instituições fizeram pesquisa de mercado para conhecer as profissões demandas pelo processo produtivo local.

industrial, Desenhista de moda, Têxtil e confecção, Gestão, etc., do SENAI de Santa Cruz do Capibaribe.

As cargas horárias dos referidos cursos são as mais variadas, de acordo com o nível de ensino, que de maneira geral, seguem as diretrizes do Ministério da Educação. Para o ensino superior acadêmico, a duração dos cursos é de quatro anos, enquanto os tecnológicos tem uma média de dois anos.

No caso de instituições como as do Sistema S (SENAC, SEBRAE e SENAI), que formam para o trabalho simples e não exige um grau elevado de escolaridade do aluno, os cursos são mais aligeirados, com carga horária que varia entre 15 e 160 horas/aula, com preços que estão entre R\$60 e R\$800, a despeito da cota de gratuidade que estas instituições mantêm, em acordo com o poder público, para qualificar pessoas de baixa renda, sem condições de pagar.

Como se observa, por ser o município com os piores índices educacionais e com a mais precária infraestrutura do tripé do Polo, Toritama não sedia nenhuma dessas instituições. Contudo, devido à proximidade geográfica entre os municípios do APL, é comum que elas tenham um alunado bastante diversificado em termos de município de residência, onde também se inclui Toritama.

Para disseminar as mais diversas modalidades de conhecimento, há, ainda, as entidades representativas da classe empresarial, as quais também procuram promover o acesso da população local a processos educacionais. São elas: a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru-ACIC; a Associação Comercial e Empresarial de Toritama- ACIT; a Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe- ASCAP; a Câmara dos Dirigentes Lojistas-CDL de cada município do tripé do Polo; o Sindicato das Indústrias do Vestuário- SINDVEST; o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem- SINDITÊXTIL, entre outras que, como essas, representam, apenas, o empresariado formalizado.

Em geral, os cursos lecionados diretamente por essas entidades estão voltados, especialmente, para a qualificação do empresário, do empreendedor, a fim de orientá-los sobre técnicas de gestão de negócios, tecnologias do setor, etc. Porém, como essas entidades são receptoras das demandas do empresariado ao qual representa, é muito comum que ele as solicite para articular a oferta de cursos que possam qualificar os seus funcionários. Inclusive, frequentemente, são feitas pesquisas com os seus representados para saber o que estão precisando

em termos de profissionais. A partir dessa identificação, as entidades firmam parcerias com as instituições de ensino que forem pertinentes a cada caso.

Parcerias também são feitas entre essas organizações de representação, instituições de ensino e o poder público, quando da realização de programas e projetos sociais – os quais são encorpados pela ideia de que, além de tudo, a educação é o meio pelo qual a exclusão e as desigualdades sociais serão minimizadas. A título de ilustração, podemos citar o Projeto Costurando o Desenvolvimento em Pernambuco, promovido, em 2011, pelo SINDVEST, ACIC, ACIT e ASCAP em parceria com o Governo do Estado, a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco- AD Diper e o SENAI, que ofertaram cursos gratuitos de costureiras, modelistas, riscadores e cortadores para cinco municípios do APL (Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim e Taquaritinga do Norte), além de Recife.

Instituições do Sistema S, como é o caso do SENAI, SENAC E SEBRAE, possuem unidades móveis, que levam a estrutura dos seus cursos para onde for preciso, especialmente, se o lugar de destino não tiver algum espaço adequado para que sejam realizadas as aulas.

São muitas as estratégias desenvolvidas para qualificar a população do APL, visando que a classe trabalhadora local tenha acesso a práticas educativas que nunca tiveram e, com isso, potencialize sua força de trabalho. Com os “donos do próprio negócio”, não é diferente.

Com a ideologia do empreendedorismo, que conforma o trabalho familiar e domiciliar, o trabalho autônomo, a abertura do próprio negócio, também é difundida para os ditos empreendedores a indispensabilidade de se adquirir conhecimentos, de se qualificar enquanto empreendedor, para que aprendam a minimizar os custos, maximizar os lucros, inovar e manter o seu negócio competitivo e sustentável, tal como ensina o SEBRAE, especialista em micro, pequenas e médias empresas, que, em algumas circunstâncias, também faz parcerias com os sindicatos e associações empresariais para ministrar cursos que orientem os associados.

Apesar da especialização do SEBRAE, a instituição não é a única a destinar esforços ao fomento do empreendedorismo. O CTM/ITEP, por exemplo, além dos cursos que oferece, promove workshops para estimular aqueles que querem abrir um negócio a incubar suas

empresas no instituto, a fim de que os interessados possam adquirir os conhecimentos necessários para fazer com que seu empreendimento dê certo e se mantenha competitivo no mercado¹⁰.

Dentro dessa concepção, a informalidade que assola a maior parte dos empreendedores do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste é identificada como sendo decorrente da falta de conhecimento da parte deles, sob o argumento de que não querem se qualificar e, por isso, não sabem formar preço, nem gerir o seu negócio.

Na região, apesar dos muitos incentivos conferidos à abertura do próprio negócio, há um discurso homogêneo bastante difundido, que identifica a população do APL como sendo formada por “um povo muito empreendedor”, de “espírito empreendedor”. Sendo assim, a qualificação profissional configurar-se-ia como lapidadora desse perfil empreendedor.

Apesar disso, sabemos que esse discurso deriva do sentimento de pertencimento que as referências teóricas e políticas norteadoras da formação de APLs procuram fomentar entre a população local, haja vista o entendimento destas de que ele é “o mecanismo central de fortalecimento da dinâmica local/regional, cuja personalidade diferenciada é reconhecida ou possa a vir a ter reconhecimento dentro e fora do APL” (SEBRAE, 2003, p. 14).

Nas diferentes instituições de educação profissional - públicas e privadas -, o empreendedorismo tem sido estabelecido como uma disciplina base de todos os cursos, dos diferentes níveis de qualificação. Com ela, o aluno é preparado a exercitar sua capacidade autônoma, de modo que possa produzir inovações na empresa em que trabalha/trabalhará, ou, caso não seja absorvido pelo mercado de trabalho, de forma que lhe seja possível abrir um negócio diferenciado, para não engrossar a superpopulação relativa.

A prioridade dos sujeitos disseminadores do conhecimento do Polo de Confecções do Agreste é a de desenvolver a economia local, de fazer com que as empresas da região elevem seus níveis de qualidade para serem competitivas no mercado. Em decorrência disso, além da qualificação que é ofertada para a classe trabalhadora e para os empreendedores, as instituições locais de ensino, prestam assessoria e consultoria para as empresas formais, que são as de maior potencial de mercado.

Afora isso, com as parcerias entre os diversos sujeitos, são promovidas rodadas de negócio, feiras, workshops, desfiles e exposições; eventos que visam à divulgação e

¹⁰ Quando da sua fundação, o ITEP trabalhava apenas com a incubação de empresas. Porém, a pedido do empresariado, passou a oferecer os cursos de Gestão de Lavanderia Industrial de Beneficiamento Têxtil, e, mais recentemente, de Química e Modelagem do Vestuário.

comercialização da produção local para outros estados do país. Antes da realização desses eventos, porém, profissionais de instituições de ensino realizam palestras e seminários a fim de prestar orientações ao empresariado sobre como proceder em cada um deles.

Ademais, instituições como as do Sistema S e organizações representativas do empresariado encaminham alguns profissionais ao exterior e aos estados brasileiros de maior expressão no setor têxtil e de confecções a fim de que conheçam/estudem/pesquisem e tragam para o Polo as tendências do mercado mundial e nacional, para orientar o mercado interno. Eles vão atrás de saber o que tem sido produzido nos diversos países (em especial, nos países centrais do capitalismo) e estados nacionais em termos de mercadorias tangíveis e intangíveis, referentes, por exemplo, às inclinações do mundo da moda e às tecnologias que são empregadas no setor têxtil e de confecções.

Apesar disso, com cursos como, por exemplo, os de Design, da UFPE, Design de Moda, da FADIRE, Produção de Moda, do SENAI, Pesquisa e Desenvolvimento de Coleções, do SENAC se vem tentando ofertar ao empresariado do Polo força de trabalho qualificada para desenvolver mercadorias com designers próprios às empresas locais, que construam uma identidade para a moda de Pernambuco, a fim de não mais copiar a do Sul e do Sudeste, como acontece historicamente.

Como se observa, tal como orientam as referências teóricas e políticas que conformam as experiências do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste, as estratégias para disseminar conhecimento são as mais diversas. Tudo, em prol da competitividade e, portanto, da sobrevivência e rentabilidade das empresas, que lança à classe trabalhadora a ideia de que se qualificar é empreender a própria imagem, com o objetivo de construir um “novo” trabalhador, que seja mais produtivo, menos custoso e que colabore com as necessidades que os capitalistas demandam nessa fase de acumulação flexível.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” TRABALHADOR

No Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste, a cultura que foi historicamente conformada pela pobreza da população local é a de começar a trabalhar desde muito cedo para ajudar no sustento da família. Por conta disso, para os trabalhadores, a educação

sempre foi relegada a um segundo plano e a qualificação para o trabalho, desenvolvida na prática do exercício laboral.

Porém, tendo em vista a necessidade atual do mercado de dispor de força de trabalho qualificada, os sujeitos disseminadores do conhecimento do APL, junto ao poder público, vêm buscando mudar essa realidade, desenvolvendo na região a concepção de que, para trabalhar, é importante, antes de tudo se qualificar, adquirir habilidades e competências, para produzir qualidade e se manter competitivo no mercado.

Isso porque, na acumulação flexível, a prática de tarefas próprias a uma profissão, que tradicionalmente a identifica como tal, não basta para proporcionar a qualidade total¹¹ do trabalho de quem a executa e, com isso, a competitividade da empresa em que se emprega.

Todavia, apesar das inúmeras estratégias que vêm sendo desenvolvidas por agentes públicos e privados no Polo de Confecções do Agreste para disseminar conhecimento, a grande parte da classe trabalhadora local não tem tido acesso a ele.

Como a maioria dos trabalhadores do APL trabalha na informalidade (em fabricos e facções), vivenciando jornadas intensas e extensas de trabalho a fim de dar conta da sua reprodução social, para se inserir em algum curso de educação profissional, seria preciso que o trabalhador abrisse mão de algumas horas do seu dia de trabalho, e, fazendo isso, ele estaria, necessariamente, abrindo mão de ganhar dinheiro, já que só é remunerado sobre aquilo que produz.

Em vista disso, por, ainda assim, ter sua força de trabalho incorporada ao processo de produção local, a educação e a qualificação profissional não são priorizadas por esse contingente populacional, que aprende na prática sua atividade laboral.

De mais a mais, a parcela trabalhadora que se encontra empregada em empresas formalizadas, também, não é expressiva em termos de acesso à qualificação para o trabalho. É comum que os empregadores solicitem às organizações que os representam para que promovam cursos de educação profissional aos seus contratados. Contudo, contraditoriamente, alguns empregadores, quando os cursos são ofertados, não querem que seus funcionários os frequentem, posto que, uma vez qualificados, começam a receber propostas de trabalho mais rentáveis de empresas concorrentes. Com isso, o empresário que os emprega acaba por perder seu trabalhador;

¹¹ Em contraposição ao modelo fordista de produção, que produzia quantidade, na acumulação flexível, o diferencial das empresas é produzir qualidade.

e, para substituí-lo, demanda tempo, em face à escassez de força de trabalho disponível na região, mesmo a não qualificada.

Além dessas questões, é uma constante as diversas instituições de ensino iniciarem suas turmas sem preencherem o total de vagas. Também é frequente a evasão dos discentes das salas de aula, fazendo com que seja comum o fato de algumas turmas serem iniciadas com um quantitativo de alunos e, quando da finalização do curso, esse quantitativo já se ter reduzido quase à metade.

A explicação para esse fenômeno é relacionada às ofertas de trabalho, que, em razão das necessidades dos alunos, os tiram de sala de aula e os lançam ao mercado. E, estando esse mercado cada vez mais requerendo profissionais qualificados, dotados de habilidades e competências, ao tempo em que são escassos na região, os semiquualificados se fazem muito úteis.

Independente das dificuldades encontradas para formar força de trabalho qualificada no Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste, as ideologias que conformam a importância do acesso ao conhecimento têm surtido efeito. Hoje, muitos são os trabalhadores que fazem questão que seus filhos se dediquem aos estudos, pois veem na educação um meio deles ascenderem socialmente e terem melhores condições de vida.

A denominada governança local afirma que a percepção das pessoas quanto às vantagens de se investir em educação, mormente a qualificação para o trabalho, vem se expandindo. Seus representantes afirmam, ainda, que a procura por educação profissional tem sido crescente:

não existe outro caminho. O futuro passa pela estrutura do conhecimento. No passado recente, o diferencial era se você tinha acesso à matéria-prima: o tecido, o maquinário. Mas, hoje, ficou mais fácil. A oferta de matéria-prima aumentou e, aí, hoje, a gente vê que o principal insumo é o conhecimento (Representante da governança do APL).

Essa lógica mistificada impele à classe trabalhadora sua inserção em ciclos de educação profissional que lhe permita adquirir as competências necessárias para se estabelecer num emprego, posto que o perfil de trabalhador que o mercado precisa já não é mais o mesmo. À educação profissional cabe, então, além do ensino das técnicas pertinentes a cada profissão, a impressão das competências na classe trabalhadora, a fim de consolidar esse novo perfil e construir um “novo” tipo de trabalhador.

Nesses ciclos, a despeito da área e do nível de formação, o trabalhador altamente especializado em uma determinada função deve ceder lugar ao trabalhador multitarefas,

multifuncional, polivalente, que, para tanto, deve ter uma visão global da empresa em que se empregar. Sob essa perspectiva, quando da sua qualificação, esse trabalhador passa a ser estimulado a resolver situações-problemas, para que esteja apto a contornar possíveis eventualidades no processo de trabalho, de forma a não permitir que haja interferências no bom funcionamento dessa empresa. Nesse sentido, instiga-se a sua autonomia e, inclusive, sua capacidade de criar e gerar inovações que favoreçam à potencialização desse processo.

No entanto, a incitação da capacidade criativa e inovativa do trabalhador não deve se restringir à gestão da produção, a qual se identifica com o trabalho complexo, mas, igualmente, à elaboração das mercadorias produzidas. O que se demanda e se estimula é a formação de um profissional que seja propositivo e que se identifique e colabore para a consecução dos objetivos da empresa.

O trabalho, que passa a vigorar entre pequenas equipes, exige responsabilidade e comprometimento do trabalhador, posto que os grupos que são formados precisam coletivamente atingir as metas que lhes são estipuladas, e, para tanto, seus integrantes devem estar em consonância com os objetivos empresariais. Sendo assim, valores como esses, somados aos da lealdade, por exemplo, também devem ser estimulados. Ainda mais que, como incentivo à produtividade característica da flexibilização da produção, além de salário fixo, o trabalhador tem a possibilidade de receber uma gratificação/bonificação, uma remuneração variável, que dependerá do quanto produtivo se mantiver individualmente, após o cumprimento das metas da equipe, fomentando, contraditoriamente, a competição entre seus integrantes. Sem falar que, nesse processo, em favor das metas e da qualidade da produção, esses trabalhadores terminam por serem supervisores uns dos outros.

O comportamento e as atitudes, próprios à formação da subjetividade dos trabalhadores, são fundamentais à força de trabalho na atual fase de acumulação capitalista. Ademais, para favorecer o trabalho em equipe, a capacidade de comunicação, a oratória do trabalhador também devem ser elementos de incentivo, trabalhados pela educação profissional, a fim de facilitar os processos de interação entre os integrantes da equipe.

A versatilidade e a capacidade de abstração do trabalhador são, pois, seus maiores atributos. No caso do APL de confecções, podemos dizer que a costureira que souber costurar muito bem, mas não tiver atitude proativa ou não estiver apta a executar outras tarefas sempre

que necessário, ou não souber trabalhar em equipe e colaborar para atingir as metas que são (im)postas pela empresa, não é, portanto, tão boa costureira.

Junto ao conhecimento codificado produzido por cada área de formação, é essa gama de conhecimentos tácitos que constitui as chamadas competências, as quais a educação profissional deve fomentar em seus processos educativos, a fim de construir um “novo” trabalhador, condizente com as exigências da acumulação flexível do capital – que procura elevar a capacidade produtiva da classe trabalhadora, em prol de maior competitividade, rentabilidade e reprodução dos seus lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, podemos afirmar que o Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco é caracterizado pelo visível desenvolvimento econômico, apresentando, a cada ano, altos índices de crescimento, ao tempo em que é marcado por uma fragilidade do ponto de vista das políticas de proteção social, com oferta de serviços de saúde, saneamento básico, lazer, segurança, educação, dentre outros, bastante precários. Não obstante, desde o início do novo milênio, agentes públicos e privados viram nesse território a possibilidade de reprodução ampliada do capital, utilizando-se de uma força de trabalho barata, desorganizada, informal, terceirizada e cujo princípio é a superexploração de grande parte dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo.

Em vista das exigências de acumulação, mudanças na cultura local vêm sendo incentivadas, através da disseminação de ideologias como as da pedagogia das competências, da empregabilidade e do empreendedorismo, buscando assegurar a reprodução ampliada das relações capitalistas sob o pressuposto da necessidade de investimento em educação por parte da classe trabalhadora.

Com isso, inúmeros sujeitos disseminadores de conhecimento vêm convergindo esforços para implementar iniciativas com a finalidade de ofertar educação profissional aos trabalhadores locais, embora, uma parcela significativa deles não tenha condições de participar de qualquer processo formativo, seja pela carência de recursos financeiros, seja pela falta de tempo para ampliar suas qualificações, já que, em grande maioria, se encontram submetidos a precárias condições de trabalho, têm baixa escolaridade e são remunerados por peça - portanto, pela

produtividade, que procuram atingir em jornadas intensas e extensas de trabalho. Logo, os requerimentos para realização do trabalho simples, no mais das vezes, são adquiridos através do conhecimento tácito.

Por outro lado, em favor das exigências do mercado de trabalho na atualidade, e, para atender a um pequeno nicho de produção diferenciada, os agentes econômicos locais também têm desenvolvido iniciativas para formar trabalhadores para o trabalho complexo, com habilidades e competências que possam garantir a qualidade daquilo que é produzido, de forma a assegurar a competitividade das unidades produtivas e dinamizar as economias locais. Esse processo é mediado, principalmente, pelo estímulo à criação de uma nova cultura do trabalho, expressa no empreendedorismo e pelo discurso do novo-desenvolvimentismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatórios de Informações Sociais**. 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 17 mai. 2012.

COSTA, Fabiana Maria. **Trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco**. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ESTADÃO. (São Paulo). **IBGE: Brasil ainda tem 14,1 milhões de analfabetos**. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-brasil-ainda-tem-141-milhoes-de-analfabetos,606738,0.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2011.

FALCÃO, Rosa. *Estudo da Fundaj aponta falhas no polo de confeções*. **Jornal do Comércio**, Recife, 21 nov. 2009. Economia, p. B2.

HIRATUKA, Célio. et al. **Relatório de Acompanhamento Setorial: têxtil e confecção**. [São Paulo]: ABDI/UNICAMP. v. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/textil%20e%20confeccao%20junho%202008.pdf>>. Acesso: 02 mar. 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. v 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006. parte 1, cap. 1, p. 23-44.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

ROCHA, Roberta de Moraes; SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da; VIANA, Júlio Cesar. *Um estudo de caso do Arranjo Produtivo de Confecções do Agreste Pernambucano*. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48., 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: Congresso SOBER, 2010. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/15/281.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

SEBRAE. **Casamento Arranjado**. [Santa Catartina]: Sebrae, 2004. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=4676&%5E%5E>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

_____. **Pesquisa de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste**. 2003. Disponível em: <<http://177.52.17.17:8030/downloads/graficos1.pdf>>. Acesso em: 05 de dez. de 2012.

_____. **Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília: Sebrae, 2003. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT00A4AF2.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT00A4AF2.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

SILVA, Sandra Regina Paz da. **A “nova” política pública de qualificação profissional do Brasil: contribuições para uma análise do PLAFOR e do PNQ**. 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SOUZA, Alana Moraes de. **“Trabalho bom é trabalho sem patrão”**: trabalho, modernidade e empreendedorismo no agreste pernambucano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28., 2011, Recife.